

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Nova Ipixuna**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Nova Ipixuna (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

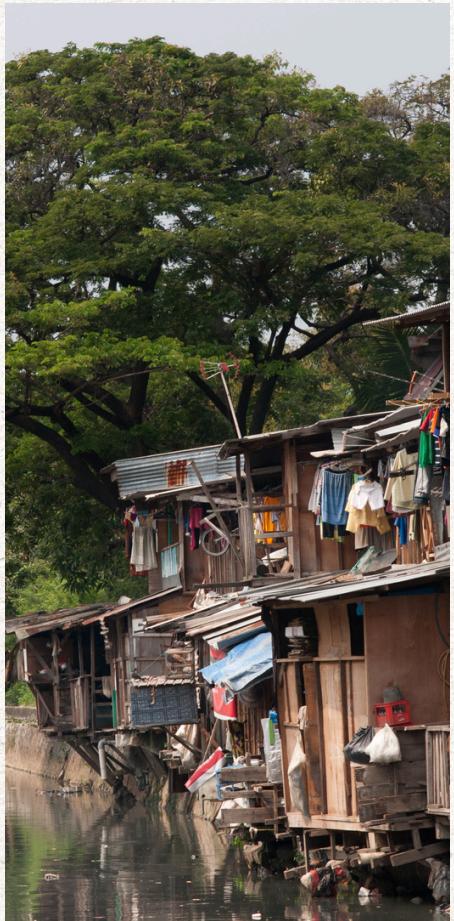
O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza



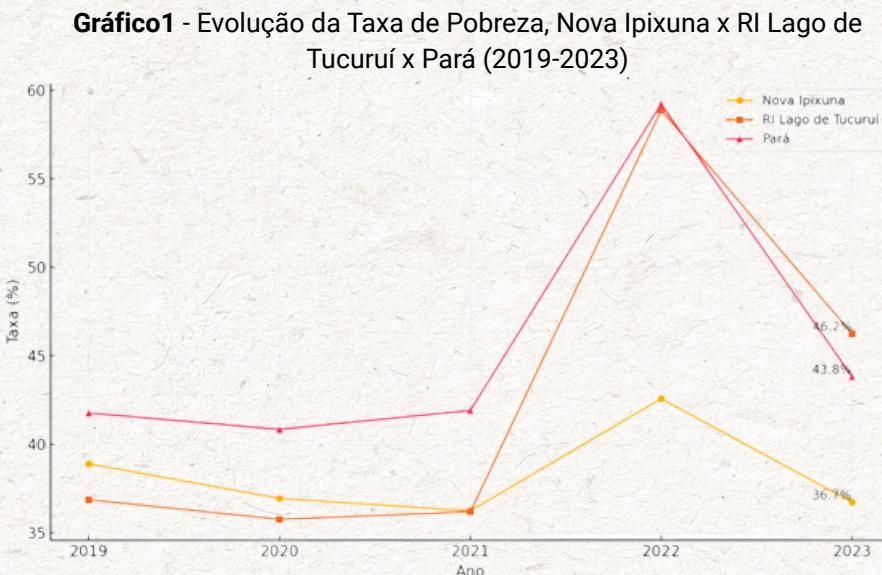
Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Nova Ipixuna apresentou uma leve tendência de queda, saindo de cerca de 39% para 36%, acompanhando a redução observada na RI Lago de Tucuruí e no estado do Pará. Esse comportamento pode estar relacionado a políticas de transferência de renda e alguma estabilidade socioeconômica local antes dos efeitos mais agudos da pandemia. Entretanto, em 2022, observa-se um forte aumento da pobreza em todos os níveis analisados, sendo mais acentuado no estado do Pará (quase 60%), seguido pela RI e pelo município. Esse salto reflete os efeitos tardios e acumulados da crise sanitária e econômica causada pela

COVID-19, que impactou fortemente populações vulneráveis (Gráfico 1).

Em 2023, houve uma recuperação parcial das condições socioeconômicas, com a taxa de pobreza recuando em todas as esferas. Em Nova Ipixuna, o índice caiu para 36,7%, praticamente retornando ao patamar de 2021. Na RI Lago de Tucuruí, a taxa ficou em 43,8%, enquanto o estado do Pará apresentou uma taxa de 46,2%. Apesar dessa redução, os níveis de pobreza ainda permanecem superiores aos de 2019, indicando que a retomada econômica ainda não foi suficiente para reverter integralmente os danos provocados pela pandemia (Gráfico 1).



O comportamento do indicador evidencia a vulnerabilidade estrutural de regiões como Nova Ipixuna diante de choques externos e a necessidade de políticas públicas mais robustas e contínuas. Embora o município tenha demonstrado uma recuperação mais rápida, isso pode ser resultado de ações localizadas ou de menor dependência de setores fortemente impactados pela crise. Ainda assim, o patamar elevado da taxa de pobreza em 2022 ressalta a importância de programas de inclusão produtiva e proteção social para mitigar desigualdades e prevenir retrocessos (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

A análise das despesas públicas com serviços essenciais em Nova Ipixuna revela uma trajetória de oscilação com tendência de queda no longo prazo. Em 2019, o município apresentava um percentual de 62,8%, bastante próximo do valor estadual (62,9%) e abaixo da RI Lago de Tucuruí (68%). Em 2020, houve uma leve redução tanto em Nova Ipixuna quanto nas demais esferas, reflexo provável de restrições orçamentárias e readequações administrativas em função do novo cenário imposto pela pandemia (Gráfico 2).

Nos anos de 2021 e 2022,

observou-se um aumento das despesas em Nova Ipixuna, chegando a quase 64%, provavelmente impulsionado por esforços emergenciais para manter serviços básicos como saúde e assistência social. Contudo, em 2023, o percentual caiu significativamente para 58,1%, indicando uma redução expressiva nos investimentos ou no direcionamento de recursos para outras áreas. Enquanto isso, a RI Lago de Tucuruí manteve certa estabilidade (63,4%), e o estado do Pará teve leve recuperação, alcançando 60,9% (Gráfico 2).

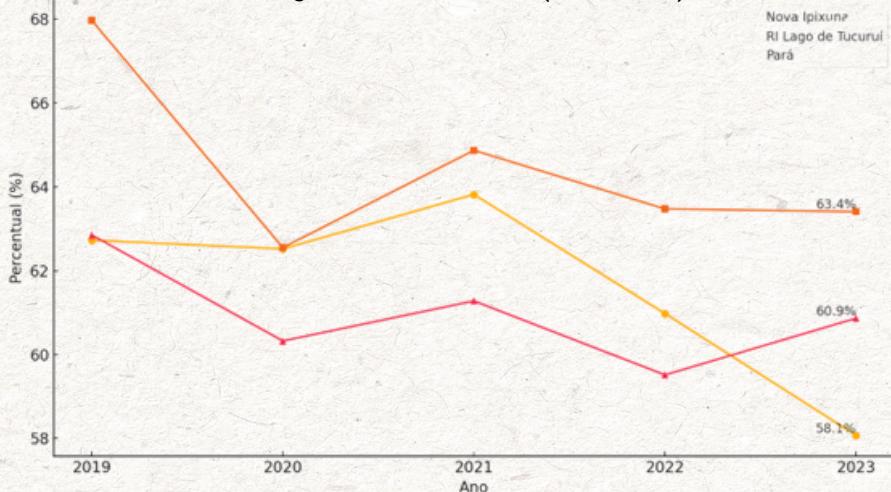
Esse movimento de queda nas despesas com serviços

essenciais em Nova Ipixuna é preocupante, especialmente diante da ainda elevada taxa de pobreza observada. A retração pode comprometer a qualidade e o acesso da população a direitos básicos, como saúde, educação e saneamento, criando um ciclo de vulnerabilidade difícil de romper. A consistência do investimento público em serviços essenciais é vital para promover desenvolvimento humano sustentável, e sua redução pode sinalizar riscos à equidade social e à recuperação econômica local (Gráfico 2).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Nova Ipixuna, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou uma tendência de queda entre 2019 e 2022, saindo de 9,2% em 2019 para 6,3% em 2022. No entanto, essa melhora foi revertida de forma significativa em 2023, quando a taxa saltou para 11%, valor bem acima dos demais anos da série e superior à média estadual. Esse comportamento sugere a existência de fatores locais que afetaram negativamente a saúde neonatal no último ano, exigindo atenção das políticas públicas de saúde materno-infantil (Gráfico 3).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, onde o município está inserido, a série histórica oscilou de forma mais

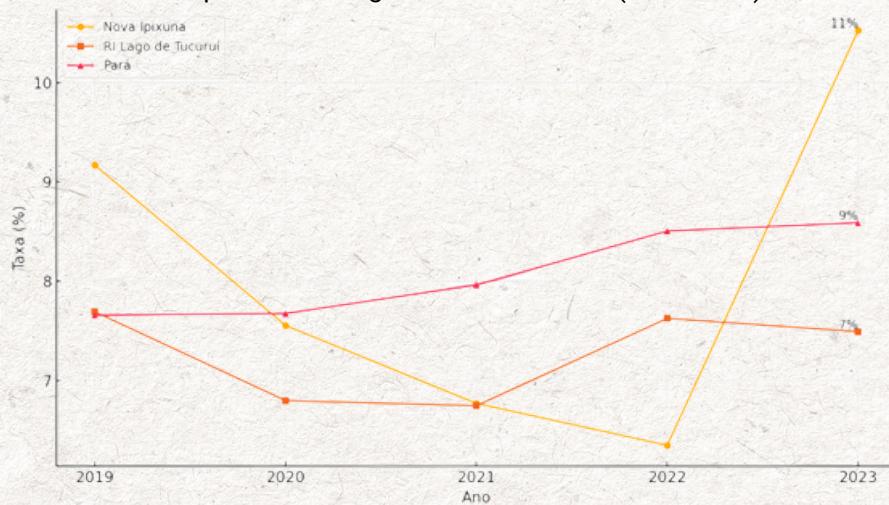
moderada, partindo de 7,7% em 2019, reduzindo para 6,8% em 2020 e 2021, e retornando ao patamar inicial de 7,6% em 2022, com leve queda para 7,5% em 2023. Essa estabilidade relativa indica que a RI não enfrentou a mesma deterioração observada em Nova Ipixuna, mantendo-se abaixo da média estadual em todos os anos, o que pode ser reflexo de uma rede de atendimento neonatal regional mais consolidada (Gráfico 3).

O estado do Pará apresentou um comportamento crescente ao longo do período, com a taxa de baixo peso ao nascer subindo de 7,7% em 2019 para 9% em 2023. Essa trajetória ascendente sugere uma deterioração progressiva no conjunto dos serviços de saúde

voltados ao pré-natal e à assistência ao parto. A partir de 2021, observa-se uma inflexão mais acentuada, refletindo possíveis impactos da pandemia da COVID-19 e suas consequências sobre o acompanhamento de gestantes e recém-nascidos, além de possíveis desigualdades territoriais nas políticas de saúde pública (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Nova Ipixuna, a produtividade agrícola apresentou uma trajetória oscilante, saindo de R\$ 7,6 mil/ha em 2019, crescendo até R\$ 10,3 mil/ha em 2021, sofrendo queda acentuada para R\$ 7 mil/ha em 2022, e encerrando o período com recuperação para R\$ 11,5 mil/ha em 2023. Essa instabilidade reflete tanto as vulnerabilidades da produção agrícola local a fatores climáticos e de mercado, quanto a eventual influência de políticas públicas e investimentos pontuais em infraestrutura ou assistência técnica (Gráfico 4).

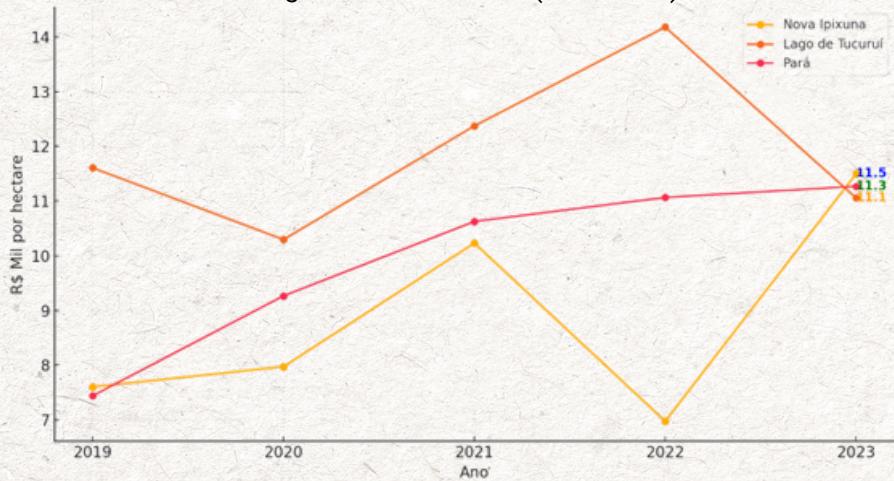
Na Região de Integração Lago

de Tucuruí, observa-se uma performance mais robusta e consistente até 2022, com valores superiores aos demais recortes territoriais em todos os anos até aquele ponto. A produtividade inicia em R\$ 11,6 mil/ha em 2019, atinge o pico de R\$ 14,2 mil/ha em 2022, e recua para R\$ 11,1 mil/ha em 2023. Ainda assim, o valor final da série é elevado, indicando que a região possui vantagens estruturais ou tecnológicas que favorecem maior eficiência produtiva no setor agrícola (Gráfico 4).

No estado do Pará, o indicador revela crescimento contí-

nuo de produtividade, saindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Essa elevação constante sugere uma tendência positiva de modernização do setor agrícola, possivelmente influenciada por políticas estaduais de incentivo à produção, acesso ampliado a crédito rural e melhorias logísticas. O crescimento mais suave, quando comparado ao da RI, evidencia a diversidade regional dentro do estado, com diferentes ritmos e capacidades de resposta a investimentos e à dinâmica econômica do agronegócio (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

No município de Nova Ipixuna, a taxa de mortalidade infantil apresentou um comportamento oscilante ao longo do período. Em 2019, o valor registrado foi nulo (0), o que pode indicar subnotificação ou ausência de registros. A partir de 2020, observa-se uma elevação progressiva até 2021, quando a taxa alcançou 10,4 óbitos por mil nascidos vivos, indicando possível agravamento das condições de saúde neonatal. Em 2022, a taxa recua significativamente para 5,3, mas volta a subir em 2023 para 12, sinalizando forte instabilidade nos serviços de atenção básica e especializada à infância (Gráfico 5).

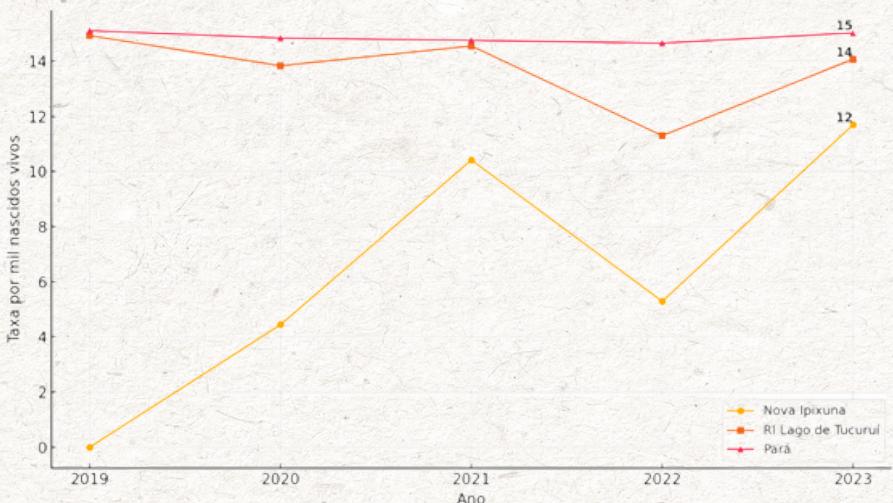
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador se manteve mais estável, oscilando entre 13,9 e 14,5 óbitos por mil nascidos vivos ao longo da série. Em 2022, houve uma queda mais significativa para 11,3, mas em 2023 a taxa retorna ao patamar anterior, marcando 14,0. Esse comportamento sugere que, embora existam oscilações, a região lida com um patamar persistentemente elevado de mortalidade infantil, possivelmente refletindo desigualdades estruturais no acesso a serviços de saúde infantil e materna (Gráfico 5).





O estado do Pará apresentou oscilação moderada, mantendo-se entre 14,6 e 15 óbitos por mil nascidos vivos durante todo o período. Esse patamar elevado e praticamente constante indica que, em termos gerais, o estado enfrenta dificuldades crônicas na redução da mortalidade infantil. A ausência de quedas sustentadas pode estar relacionada à falta de cobertura universal em serviços de saúde primária e hospitalar, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas, comprometendo o alcance das metas de redução de mortalidade da infância previstas na Agenda 2030 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

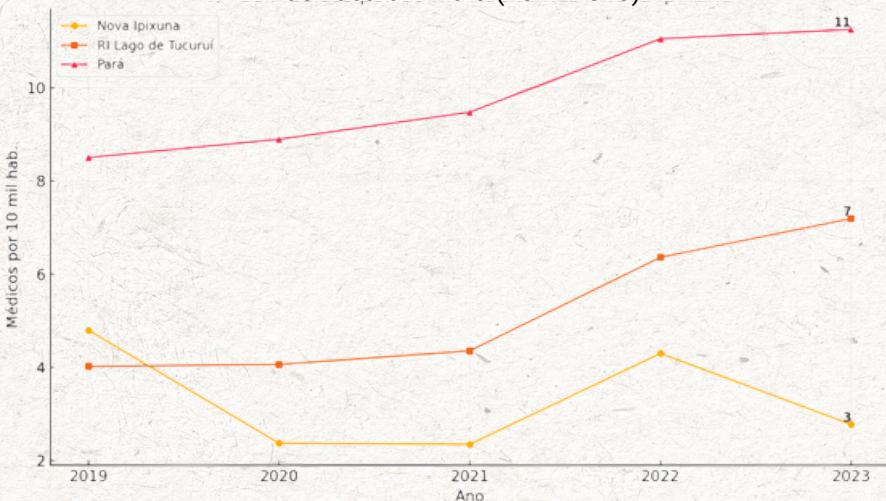
Em Nova Ipixuna, o número de médicos por 10 mil habitantes iniciou em 4,8 em 2019, mas sofreu queda acentuada para 2,3 em 2020, permanecendo nesse patamar também em 2021. Houve uma recuperação em 2022 para 4,3, mas voltou a cair para 3,0 em 2023. Esse cenário revela uma baixa disponibilidade de médicos no município ao longo de todo o período, com forte oscilação e sem tendência de crescimento sustentado, o que compromete a capacidade local de oferta de serviços básicos e especializados de saúde (Gráfico 6).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observa-se uma melhora gradual na razão de médicos por habitante. Em 2019 e 2020, o número era de aproximadamente 4 por 10 mil hab., crescendo de forma constante até atingir 7 médicos por 10 mil hab. em 2023. Esse aumento pode ser reflexo de políticas de interiorização de profissionais, concursos públicos, ou incentivo à fixação de médicos em municípios menores, o que pode contribuir para atenuar desigualdades na atenção à saúde na região (Gráfico 6).



O estado do Pará apresentou os melhores resultados entre os três recortes analisados, com crescimento constante da razão de médicos por 10 mil habitantes. O índice passa de 8,5 em 2019 para 11 em 2023, o que representa uma ampliação significativa da força de trabalho médica no estado. Esse avanço pode estar atrelado a políticas públicas estaduais, programas de residência médica e ampliação das redes de atenção à saúde. Ainda assim, apesar da melhora, o índice paraense segue abaixo da média nacional, apontando para a necessidade de expansão contínua e distribuição mais equitativa de médicos entre os territórios (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, observa-se uma tendência de queda no número de vagas por mil habitantes tanto em Nova Ipixuna quanto na RI Lago de Tucuruí, em contraste com a leve estabilidade no estado do Pará. Em Nova Ipixuna, o indicador caiu de cerca de 202 vagas em 2019 para aproximadamente 182 em 2021, evidenciando um recuo significativo de oferta proporcional de vagas. Esse comportamento pode ser relacionado a fatores como ajustes populacionais, fechamento temporário de turmas e impactos da pandemia da COVID-19 sobre o sistema educacional local (Gráfico 7).

O ano de 2022 marca um ponto de inflexão, com crescimento expressivo nos

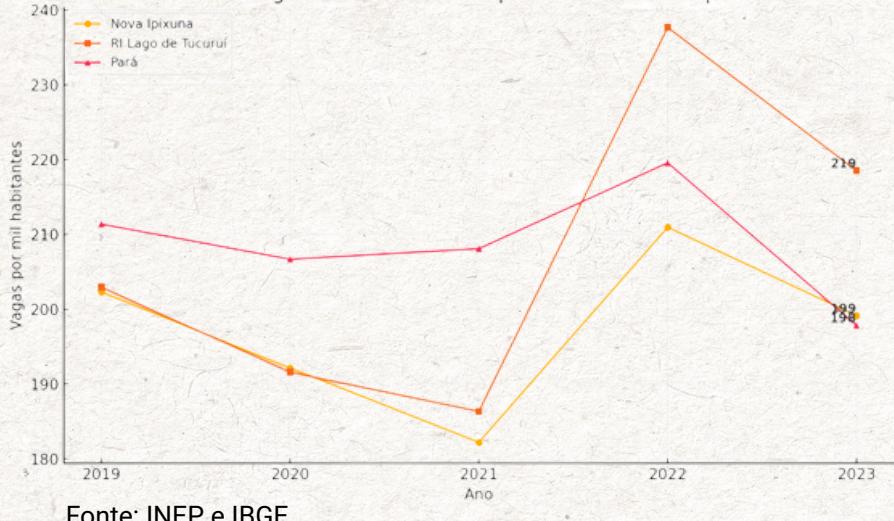
três níveis analisados. A Região de Integração Lago de Tucuruí apresenta o salto mais acentuado, atingindo quase 240 vagas por mil habitantes, ao passo que Nova Ipixuna sobe para aproximadamente 211. Esse crescimento pode indicar uma resposta institucional para mitigar a defasagem educacional provocada pelo período pandêmico, como reabertura de turmas e criação de novas vagas para atender à demanda represada (Gráfico 7).

Entretanto, em 2023, há nova retração generalizada. Nova Ipixuna e o Pará praticamente se igualam em cerca de 198-199 vagas por mil habitantes, enquanto a RI Lago de Tucuruí permanece acima, com



219 vagas. A redução pode estar associada a reestruturações administrativas, mudanças demográficas ou redimensionamento de matrículas, sugerindo a necessidade de monitoramento contínuo para garantir o equilíbrio entre oferta e demanda na rede pública (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 198 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O indicador revela uma tendência de melhoria progressiva no acesso à internet nas escolas públicas nos três níveis territoriais. Em 2019, Nova Ipixuna já apresentava um percentual relativamente elevado (55%), bem acima da média estadual (34%) e da RI Lago de Tucuruí (47%). Isso demonstra um avanço inicial significativo do município na infraestrutura tecnológica escolar em comparação aos demais recortes (Gráfico 8).

Durante o período de 2020 a 2022, Nova Ipixuna e a RI Lago de Tucuruí mantiveram per-

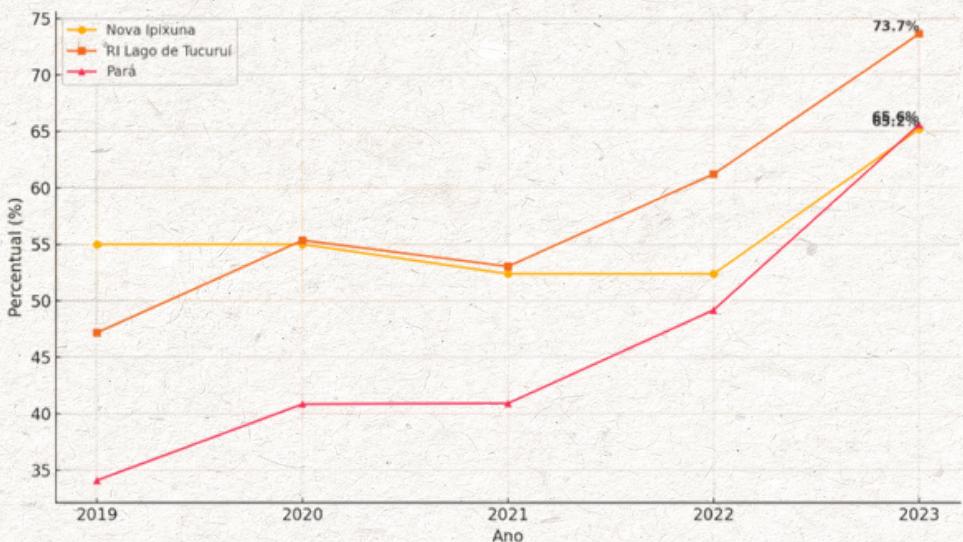
centuais estáveis, com pequenas oscilações, enquanto o estado do Pará apresentou crescimento contínuo, saindo de 34% para cerca de 49% em 2022. Esse comportamento sugere que, apesar de não ter havido grandes avanços em Nova Ipixuna durante esse intervalo, o estado buscou nivelar o acesso à conectividade em suas escolas, refletindo ações voltadas à inclusão digital (Gráfico 8).

Em 2023, todos os territórios apresentaram avanços significativos. A RI Lago de Tucuruí atingiu 73,7%, consolidando-

se como a mais avançada da série. Nova Ipixuna, por sua vez, saltou para 65,2%, enquanto o Pará alcançou 65%, demonstrando uma aproximação entre os níveis e um esforço generalizado de equiparação no acesso à internet escolar. Esse dado é especialmente relevante para a qualidade do ensino, sobretudo em contextos de ensino híbrido e uso de plataformas digitais (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

O comportamento do indicador de violência contra a mulher por parceiros, medido em casos por 100 mil habitantes, apresentou grande volatilidade no município de Nova Ipixuna. Em 2019, o valor registrado foi de aproximadamente 14 casos, caindo drasticamente para cerca de 5 em 2020. No entanto, houve um forte aumento em 2021, chegando a 28 casos, seguido por uma queda acentuada para zero em 2022 e um leve aumento para 9 casos em 2023. Essa variação pode estar associada tanto à subnotificação quanto à flutuação na capacidade de registro e acompanhamento institucional de denúncias (Gráfico 9).

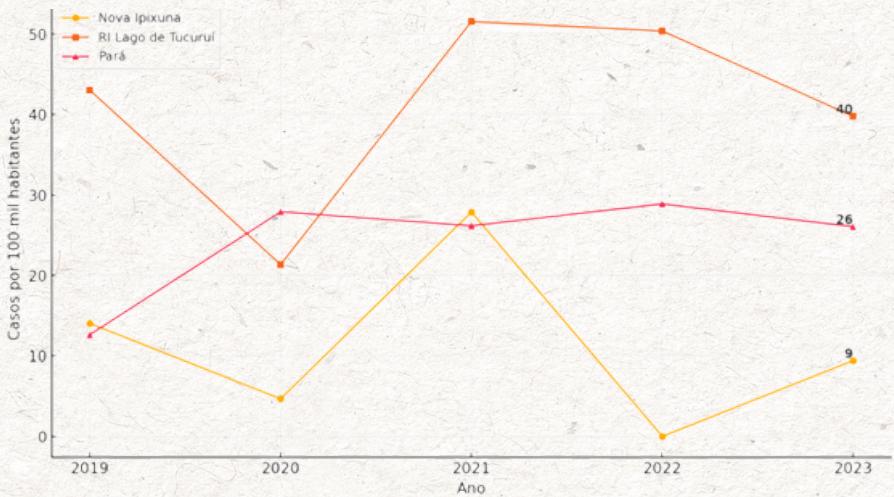


Na Região de Integração Lago de Tucuruí, os valores iniciaram altos, com 43 casos em 2019, recuaram para 22 em 2020, mas voltaram a crescer fortemente para 52 casos em 2021. Apesar da pequena redução em 2022 (51 casos), o indicador manteve-se elevado em comparação aos demais níveis territoriais, encerrando 2023 com 40 casos. Esse padrão sugere a persistência de altos índices de violência doméstica, com leve tendência de queda nos últimos anos, mas ainda em patamar preocupante (Gráfico 9).

Já no estado do Pará como um todo, o

indicador mostra uma trajetória mais estável, com crescimento de 13 casos por 100 mil em 2019 para 28 em 2023, com pequenas oscilações nos anos intermediários. Esse padrão de crescimento moderado pode refletir tanto o aumento da visibilidade e notificação de casos quanto o agravamento das situações de violência. Comparativamente, Nova Ipixuna tem se mantido abaixo da média estadual, mas com oscilações que evidenciam fragilidades no acompanhamento contínuo e na proteção das mulheres (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No que se refere à participação feminina em cargos gerenciais, o município de Nova Ipixuna apresentou oscilações moderadas, com recuo inicial de 41,6% em 2019 para 35,7% em 2020. A partir daí, o indicador subiu para 39,4% em 2021 e teve um expressivo crescimento em 2022, atingindo 46,8%. Em 2023, houve um leve recuo para 43,3%, mas ainda assim, o percentual manteve-se acima do ponto de partida. Essa trajetória sugere avanços importantes em termos de equidade de gênero na liderança local, ainda que com necessidade de consolidação (Gráfico 10).

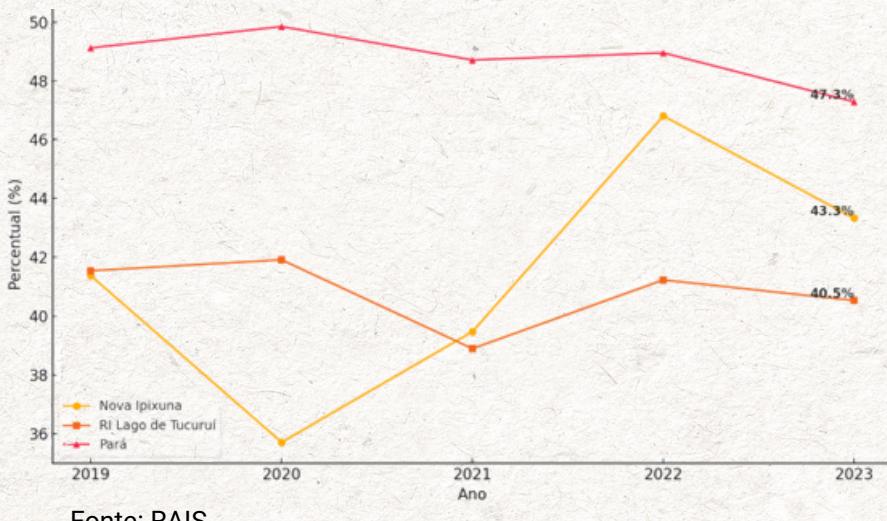


A Região de Integração Lago de Tucuruí apresentou maior estabilidade no período, oscilando entre 38,9% e 42,1% ao longo dos anos. Em 2023, encerrou com 40,5%, um valor levemente inferior ao de 2019 (41,5%). Essa estabilidade pode indicar a presença de barreiras estruturais mais resistentes à ascensão feminina em cargos de chefia, exigindo ações mais consistentes de promoção da igualdade de oportunidades nas esferas pública e privada (Gráfico 10).

O estado do Pará, por sua vez, manteve-

se como o território com maior percentual de ocupação feminina em cargos gerenciais durante todo o período, partindo de 49,0% em 2019, subindo para 49,8% em 2020 e oscilando levemente até 47,3% em 2023. O patamar elevado em relação aos demais territórios revela uma tendência mais consolidada de presença feminina na liderança em nível estadual, servindo como parâmetro de referência e estímulo para as esferas locais (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O indicador de acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda em Nova Ipixuna apresentou crescimento contínuo, porém ainda em níveis bastante baixos. Partindo de apenas 0,4% em 2019, o município chegou a 2,1% em 2023. O aumento gradual reflete algum avanço na inclusão de grupos vulneráveis nas políticas de saneamento, mas o percentual alcançado ainda evidencia um cenário de grande exclusão no serviço básico de esgotamento sanitário para essa população (Gráfico 11).



Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador teve pouca variação ao longo do período. Os percentuais oscilaram levemente entre 3,8% e 4,4%, demonstrando estagnação no avanço da cobertura para a população de baixa renda. Essa estabilidade em patamares baixos pode indicar uma ausência de políticas direcionadas ou dificuldades estruturais e financeiras para expandir os serviços de sane-

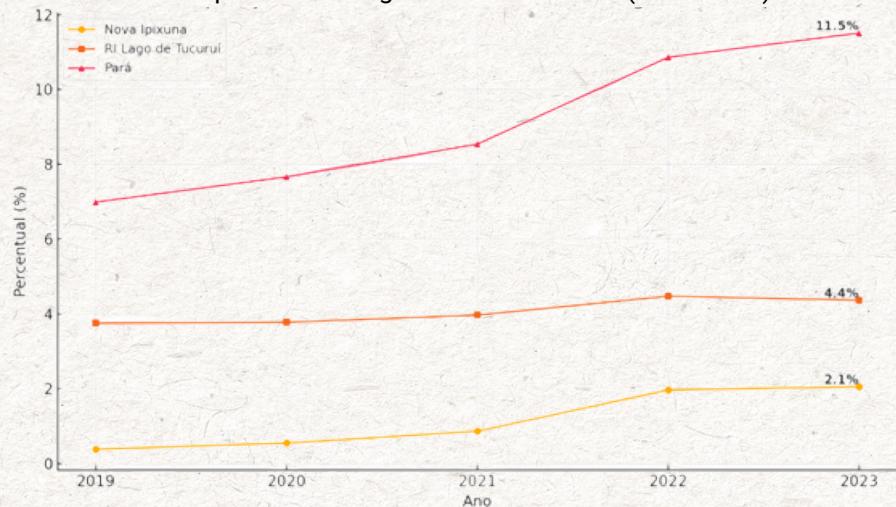
mento em áreas mais pobres e periféricas da região (Gráfico 11).

Já o estado do Pará apresentou trajetória positiva e constante. Em 2019, o percentual era de 7%, crescendo ano após ano até atingir 11,5% em 2023. Ainda que os valores absolutos permaneçam distantes da universalização, o ritmo de crescimento é notável e pode ser reflexo de programas estaduais voltados à ampliação da

infraestrutura de saneamento. A diferença entre o estado e Nova Ipixuna é expressiva, evidenciando desigualdades territoriais importantes que precisam ser enfrentadas (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Nova Ipixuna, o gasto público municipal com saneamento básico por habitante cresceu rapidamente entre 2019 e 2020, saltando de R\$ 6 para R\$ 65. A partir de então, o investimento manteve-se em crescimento moderado, atingindo R\$ 70 em 2022 e estabilizando-se nesse valor em 2023. Esse avanço pode indicar maior prioridade orçamentária para o setor, possivelmente relacionada à expansão de redes e serviços básicos, ainda que os resultados práticos, como no indicador de coleta entre baixa renda, ainda sejam limitados (Gráfico 12).

Na RI Lago de Tucuruí, a trajetória foi menos consistente. Após um crescimento até 2021, atingindo R\$ 63, houve uma queda brusca para R\$ 32 em 2022, seguida de uma leve re-

cuperação para R\$ 44 em 2023.

Essa oscilação pode indicar instabilidade orçamentária ou mudanças de prioridades nas gestões municipais que compõem a região. O nível de investimento em 2023 ainda ficou abaixo do patamar registrado três anos antes, o que pode comprometer a continuidade e eficiência das ações de saneamento (Gráfico 12).

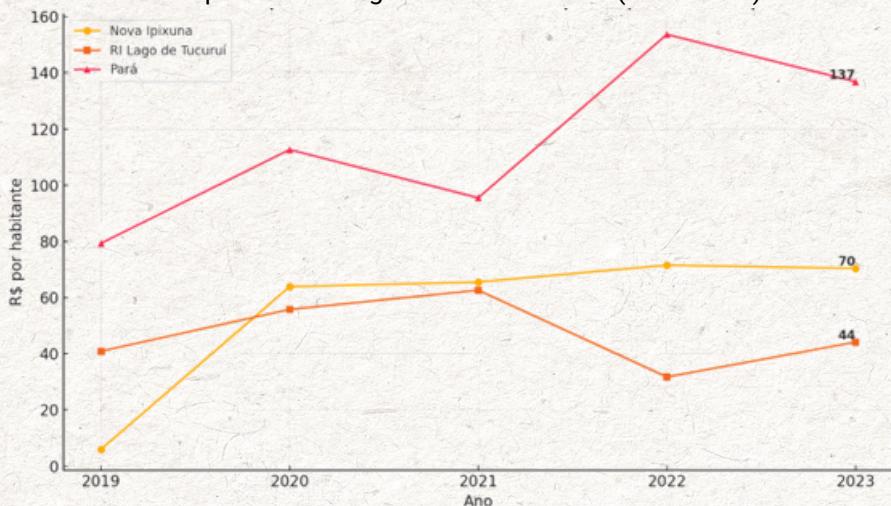
O estado do Pará, por sua vez, mantém os maiores valores per capita entre os três cortes analisados. Partindo de R\$ 79 em 2019, o estado chegou a R\$ 154 em 2022, com leve queda para R\$ 137 em 2023. Esse patamar elevado e crescente demonstra forte presença do Estado nas políticas de saneamento, provavelmente com apoio de fundos espe-

cíficos ou de políticas de abrangência regional. Esse investimento contínuo contribui para o desempenho mais favorável do estado nos demais indicadores relacionados à cobertura de serviços (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 70/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Nova Ipixuna, o consumo de energia elétrica por habitante apresentou uma trajetória de crescimento progressivo e consistente ao longo dos cinco anos analisados. Partindo de cerca de 540 kWh/hab. em 2019, o indicador teve um leve recuo em 2020, seguido de uma escalada significativa a partir de 2021, até atingir 889 kWh/hab. em 2023. Esse aumento pode estar relacionado à maior inclusão energética de domicílios antes desatendidos, ao incremento no uso de eletrodomésticos, ou ao crescimento da atividade econômica e urbana no município (Gráfico 13).

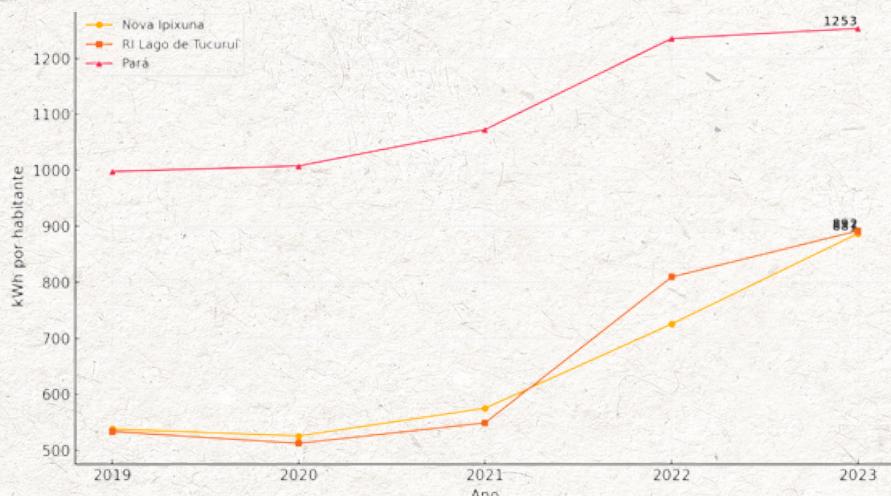


Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observa-se um comportamento semelhante, com leve queda entre 2019 e 2020, estabilidade em 2021 e um forte avanço em 2022 e 2023, alcançando 892 kWh/hab. Esse crescimento pode indicar avanços na infraestrutura energética regional e ampliação da cobertura, principalmente em áreas rurais ou de difícil acesso, além de refletir políticas públicas de expansão do fornecimento elétrico (Gráfico 13).

Já o estado do Pará apresentou uma tendência de crescimento mais constante e

acentuada durante todo o período, saindo de cerca de 998 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. O patamar superior em relação aos demais recortes territoriais reflete a maior urbanização e desenvolvimento econômico dos centros urbanos maiores, onde o consumo energético per capita tende a ser mais elevado. A aceleração a partir de 2021 também pode estar relacionada ao retorno das atividades presenciais pós-pandemia e à intensificação do uso residencial de energia (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 889 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Nova Ipixuna, o percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizavam iluminação por fontes fósseis (como lamparinas ou velas) caiu significativamente entre 2019 e 2023. O indicador iniciou em 5,5%, manteve-se nesse patamar até 2020, e reduziu progressivamente até alcançar 2,7% em 2023. Essa trajetória é um indicativo claro de avanços na eletrificação de áreas vulneráveis do município, demonstrando impacto positivo de políticas de acesso à energia e combate à exclusão energética (Gráfico 14).

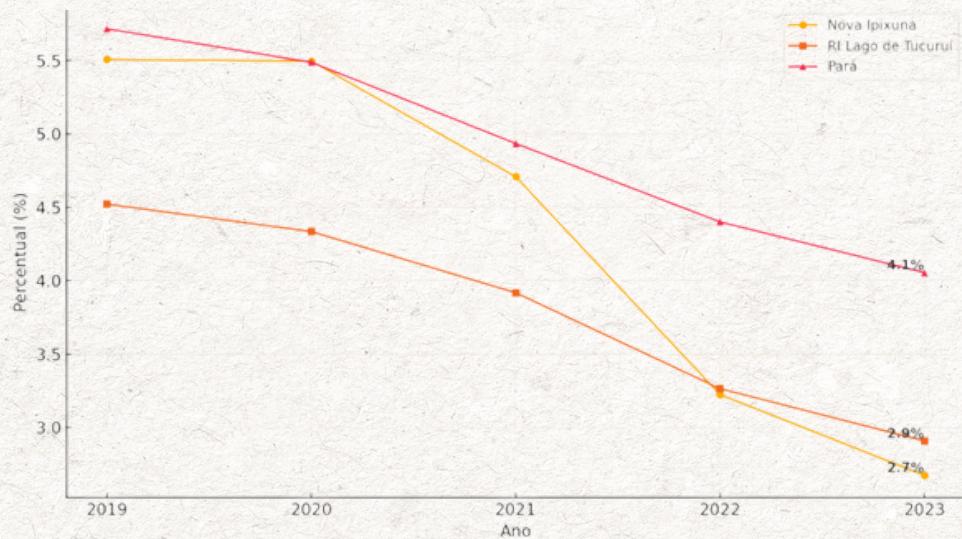


Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a redução também foi consistente, ainda que em ritmo mais moderado. O percentual caiu de 4,5% em 2019 para 2,9% em 2023, com quedas graduais ao longo dos anos. Esse comportamento sugere ações regionais contínuas voltadas à universalização do acesso à energia elétrica, embora ainda haja parcela da população com limitações estruturais quanto ao uso de fontes convencionais de energia (Gráfico 14).

O estado do Pará apresentou

redução de 5,7% para 4,1% no mesmo período, um decréscimo mais suave que nos demais recortes. Embora o percentual final ainda seja superior ao das demais áreas analisadas, é possível observar um esforço progressivo de inclusão elétrica, ainda que insuficiente frente à dimensão territorial e aos desafios logísticos do estado. O dado reforça a necessidade de políticas focalizadas para erradicar o uso de fontes fósseis, sobretudo em regiões isoladas e populações de baixa renda (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



O indicador “Empregos Formais por Mil Habitantes” apresentou uma evolução positiva nos três recortes territoriais analisados entre 2019 e 2023, com destaque para o crescimento expressivo nos anos mais recentes. Em Nova Ipixuna, o indicador partiu de 51 empregos formais por mil habitantes em 2019, sofreu uma leve queda em 2020 (48), mas iniciou uma trajetória ascendente a partir de 2021, alcançando 91 em 2023. Esse crescimento pode estar atrelado à retomada econômica pós-pandemia, à ampliação do setor de serviços e à recuperação de postos de trabalho formais no município (Gráfico 15).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a tendência foi semelhante, ainda que partindo de um patamar mais elevado. Em 2019, o indicador estava em 74 empregos formais por mil habitantes e caiu ligeiramente nos dois anos seguintes, atingindo o ponto mais baixo em 2021 (65). A partir de 2022, houve recuperação acelerada, atingindo 99 empregos por mil habitantes em 2023. Essa recuperação regional sugere uma dinâmica favorável de geração de empregos formais em setores como comércio, construção civil e atividades industriais pontuais (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

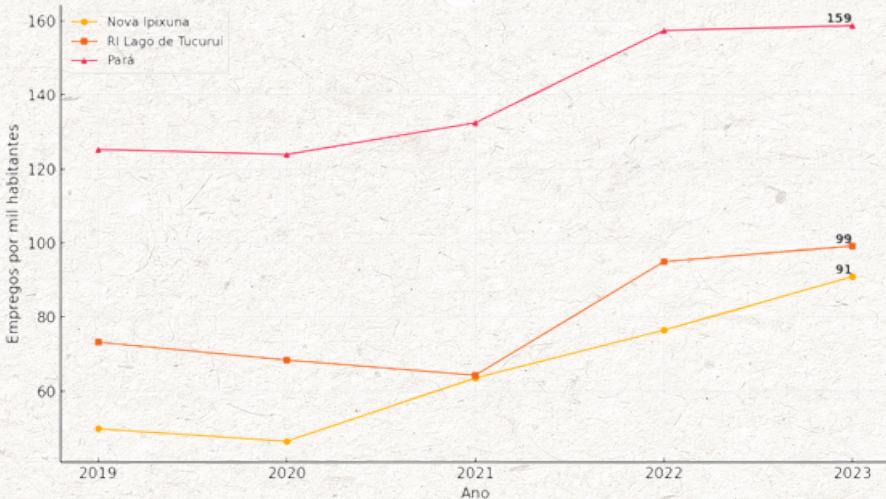
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a tendência foi semelhante, ainda que partindo de um patamar mais elevado. Em 2019, o indicador estava em 74 empregos formais por mil habitantes e caiu ligeiramente nos dois anos seguintes, atingindo o ponto mais baixo em 2021 (65). A partir de 2022, houve recuperação acelerada, atingindo 99 empregos por mil habitantes em 2023. Essa recuperação regional sugere uma dinâmica favorável de geração de empregos formais em setores como comércio, construção civil e atividades industriais pontuais (Gráfico 15).

O estado do Pará apresentou o desempenho mais robusto ao longo de todo o período, saindo de 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 159 em 2023. Apesar da relativa estabilidade até 2020, a curva de crescimento se intensificou a partir de 2021, com o salto mais ex-



pressivo registrado em 2022. Esse comportamento reflete o aquecimento da economia estadual impulsionado por investimentos públicos, crescimento do setor extrativo e agrícola, e pelo efeito da recuperação pós-crise sanitária. A tendência positiva do estado pode estar influenciando também os avanços observados nas regiões e municípios, ainda que persistam desigualdades significativas (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 91 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Nova Ipixuna apresentou crescimento contínuo ao longo do período analisado, partindo de aproximadamente R\$ 8.300 em 2018 e alcançando R\$ 14.467 em 2022. Esse avanço gradual indica uma evolução econômica positiva no município, ainda que o valor permaneça significativamente abaixo das médias estadual e regional. A elevação pode estar associada à recuperação da economia local após períodos de crise e a



um possível aumento da produtividade ou investimentos públicos pontuais (Gráfico 16).

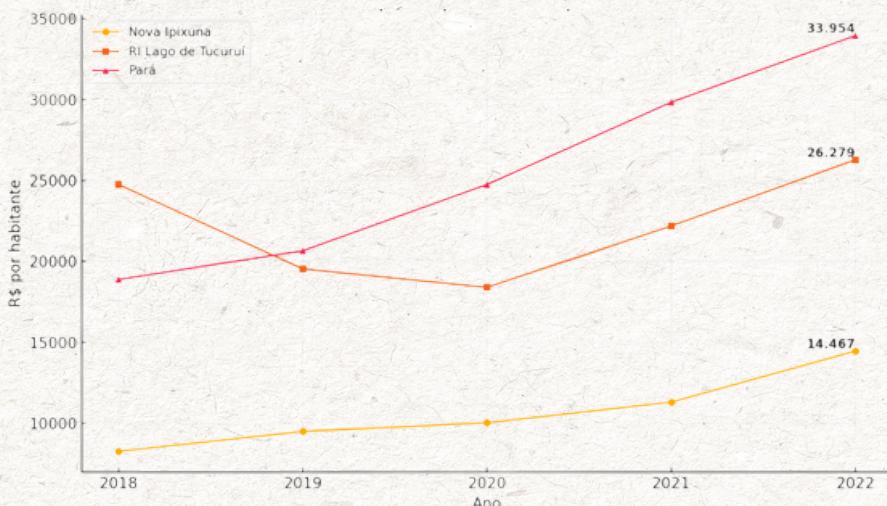
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador come-

çou em um patamar elevado em 2018 (cerca de R\$ 25.000), mas apresentou queda nos dois anos seguintes, atingindo o ponto mais baixo em 2020. A partir de então, observou-se uma retomada consistente, encerrando 2022 com R\$ 26.279. Essa recuperação pode refletir a reativação de setores-chave da economia regional, especialmente os relacionados à indústria e à energia, característicos dessa RI (Gráfico 16).



Já no estado do Pará, o crescimento do PIB per capita foi robusto e ininterrupto, saindo de R\$ 18.900 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Esse desempenho está associado, em grande medida, ao fortalecimento de setores como mineração, energia e agropecuária de larga escala, com impactos mais concentrados nos grandes polos econômicos. O comportamento ascendente reforça a posição do estado como um dos que mais crescem economicamente na região Norte, embora os benefícios desse crescimento nem sempre se distribuam de forma equitativa entre os municípios (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Nova Irixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14.467/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Nova Ipixuna, o valor adicionado da indústria como proporção do PIB manteve-se estável e em patamar bastante reduzido durante todo o período, variando levemente de 4,7% em 2018 para 3,9% em 2022. Essa constância em nível baixo revela a fragilidade do setor industrial local, o que pode indicar dependência de outras atividades econômicas, como agricultura de subsistência, serviços e administração pública. A ausência de avanço nesse indicador sugere a necessidade de políticas de incentivo à industrialização e diversificação da base econômica do município (Gráfico 17).

A RI Lago de Tucuruí, por outro lado, apresentou uma trajetória de queda progressiva no valor adicionado da indústria. Em 2018, o setor representava expressivos 61,8% do PIB regional, mas esse percentual caiu para 35,5% em 2022. Apesar do alto peso ainda observado, a redução indica uma possível reconfiguração produtiva ou redução de atividades industriais relevantes na região. Essa mudança pode impactar a dinâmica do emprego e da arrecadação local, exigindo estratégias de adaptação econômica (Gráfico 17).

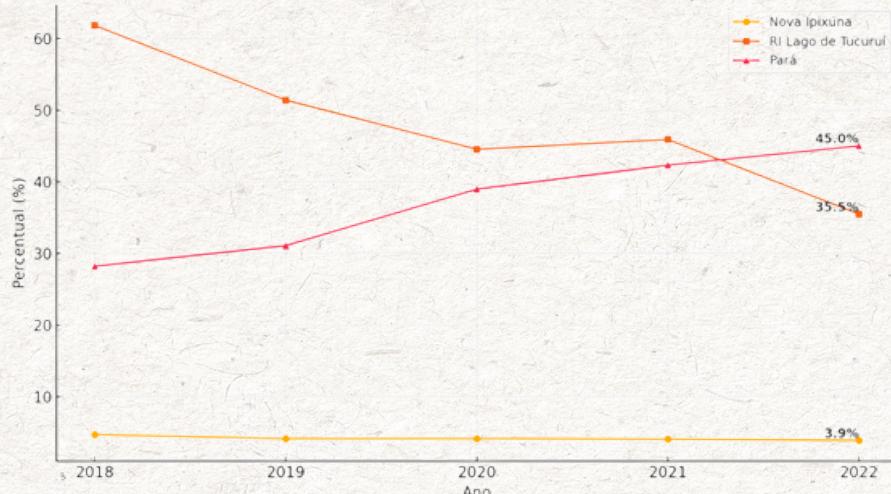
No estado do Pará, o comportamento foi inverso, com cres-

cimento constante da participação da indústria no PIB. Em 2018, o setor industrial representava 28,3% da economia estadual, chegando a 45% em 2022. Essa elevação evidencia a consolidação de grandes empreendimentos industriais, especialmente ligados à mineração, siderurgia e geração de energia. O aumento da industrialização estadual, no entanto, ainda contrasta com a realidade de municípios menores como Nova Ipixuna, evidenciando desigualdades estruturais no modelo de desenvolvimento regional (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,9 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O indicador “Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes” apresentou uma trajetória de crescimento nos três níveis territoriais analisados entre 2019 e 2023, com destaque para a expansão em Nova Ipixuna. No município, o número de profissionais da ciência aumentou de 10,8 em 2019 para 17 em 2023, com aceleração mais expressiva a partir de 2021. Esse comportamento



Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o crescimento foi mais modesto. Partindo de 9,5 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, o indicador oscilou levemente até 2021 e subiu para 12 a partir de 2022, mantendo esse patamar em 2023. Ainda que mais contido, o avanço regional aponta para um reforço institucional gradual na presença de pesquisadores e técnicos científicos, provavelmente impulsionado por ações educacionais e iniciativas voltadas à inovação e desenvolvimento local (Gráfico 18).

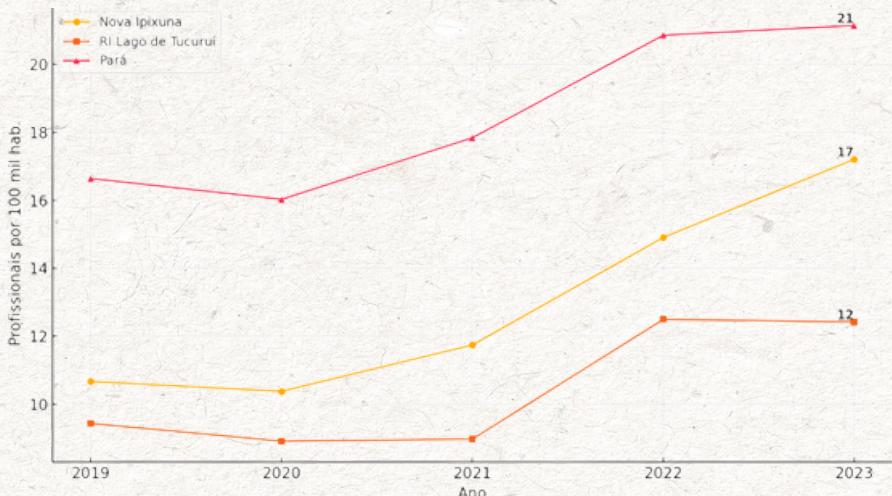
pode estar associado à ampliação de políticas locais de educação e ciência, à atração de profissionais qualificados por meio de concursos públicos ou à interiorização de centros de pesquisa e ensino técnico e superior (Gráfico 18).





O estado do Pará, por sua vez, demonstrou a evolução mais robusta e constante do indicador, partindo de 16,7 em 2019 e atingindo 21 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. A expansão estadual reflete investimentos em universidades, institutos federais, centros tecnológicos e políticas de fomento à pesquisa e inovação. O crescimento contínuo em nível estadual também pode ter contribuído indiretamente para os avanços observados nos municípios e regiões, ao promover a descentralização de oportunidades científicas e tecnológicas no território paraense (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

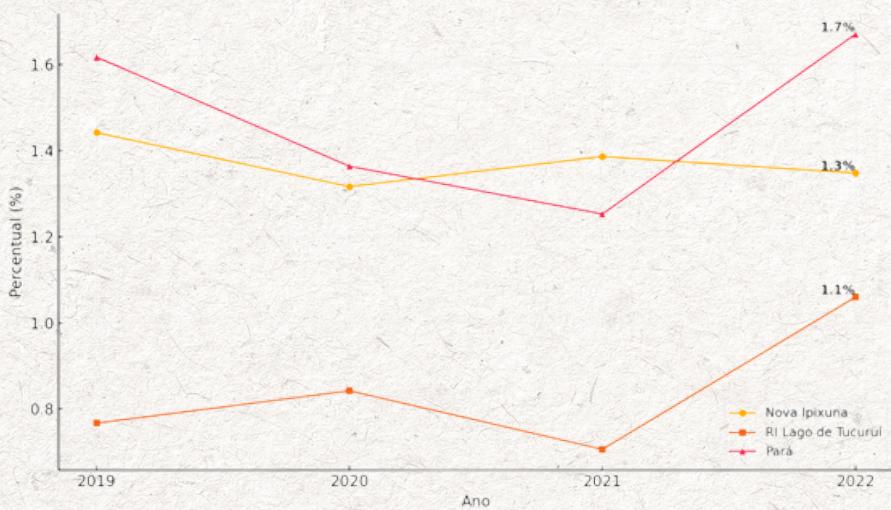
O indicador “Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)” apresentou relativa estabilidade em Nova Ipixuna no período de 2019 a 2022, com uma leve oscilação. Em 2019, o percentual era de 1,44%, registrando pequena queda em 2020 (1,32%) e retomando um leve crescimento em 2021 (1,38%). Já em 2022, o valor voltou a cair para 1,34%. Esse comportamento indica que a remuneração dos vínculos formais no município manteve participação estável na economia local, o que pode refletir uma estrutura produtiva com baixa variação salarial ou uma composição setorial pouco dinâmica (Gráfico 19).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador partiu de um patamar mais baixo (0,76% em 2019) e teve variações discretas até 2021, quando atingiu o menor valor (0,69%). Em 2022, no entanto, houve crescimento expressivo, chegando a 1,1% do PIB. Esse aumento pode estar relacionado à expansão de empregos formais ou à elevação média dos salários pagos na região, o que sugere um cenário de recuperação do mercado de trabalho regional após os impactos da pandemia (Gráfico 19).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi mais instável. Em 2019, a massa salarial representava 1,62% do

PIB estadual, caindo progressivamente até 2021 (1,26%), e depois saltando para 1,7% em 2022. Esse movimento pode refletir os efeitos da crise sanitária sobre o mercado formal, com recuperação acentuada no último ano da série. Apesar da oscilação, o estado manteve os maiores percentuais ao longo do período, o que indica maior peso dos vínculos formais e dos salários na economia paraense em comparação com os recortes municipais e regionais analisados (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O acesso à telefonia móvel em Nova Ipixuna apresentou crescimento significativo entre 2019 e 2022, saindo de 41 para 68 linhas por 100 habitantes, com estabilização nesse patamar em 2023. Esse avanço pode estar ligado à ampliação da infraestrutura de telecomunicações, à popularização de planos pré-pagos e à demanda crescente por conectividade em regiões anteriormente menos atendidas, especialmente durante e após a pandemia (Gráfico 20).

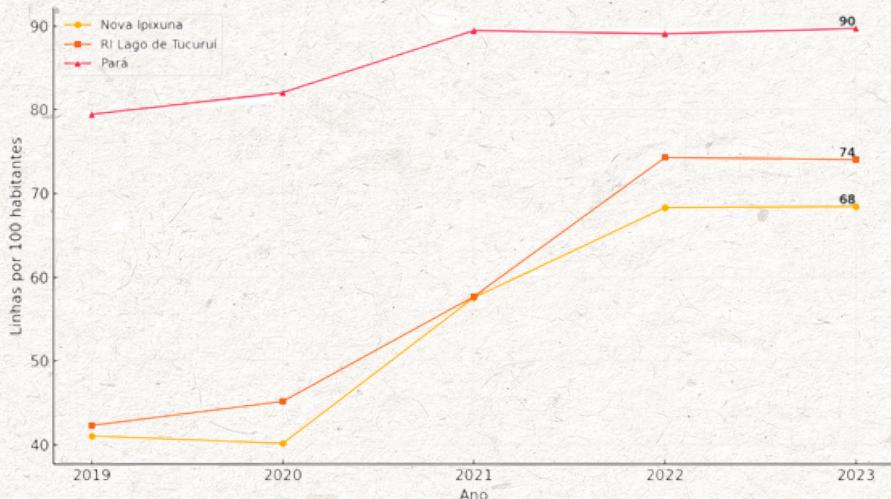
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento foi semelhante. O número de linhas por 100 habitantes cresceu de 42 em 2019 para 74 em 2022, mantendo-se estável em 2023. Isso demonstra um processo de consolidação do acesso à comunicação móvel, impulsionado por políticas de inclusão digital e pelo aumento da cobertura de operadoras nas áreas regionais, o que tem impacto direto na qualidade de vida e na inclusão produtiva da população (Gráfico 20).





O estado do Pará já partia de um patamar mais elevado em 2019, com 79,6 linhas por 100 habitantes, e avançou até 90 linhas em 2023. Apesar de um crescimento mais moderado em termos percentuais, o estado manteve a liderança ao longo de toda a série. Esse dado reflete a maior concentração de infraestrutura nos centros urbanos maiores e indica que, embora os municípios e regiões estejam progredindo, ainda persiste um diferencial de acesso entre capitais/interiores (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

A despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Nova Ipixuna teve comportamento oscilante. Após iniciar em R\$ 40,4 por habitante em 2019, houve queda até 2021 (R\$ 17,2), seguida de um crescimento acentuado, que culminou em R\$ 111 por habitante em 2023. Esse aumento expressivo nos dois últimos anos pode refletir uma mudança de prioridade nas políticas públicas locais, com maior investimento em ações culturais e ambientais, possivelmente impulsionado por repasses específicos ou pro-

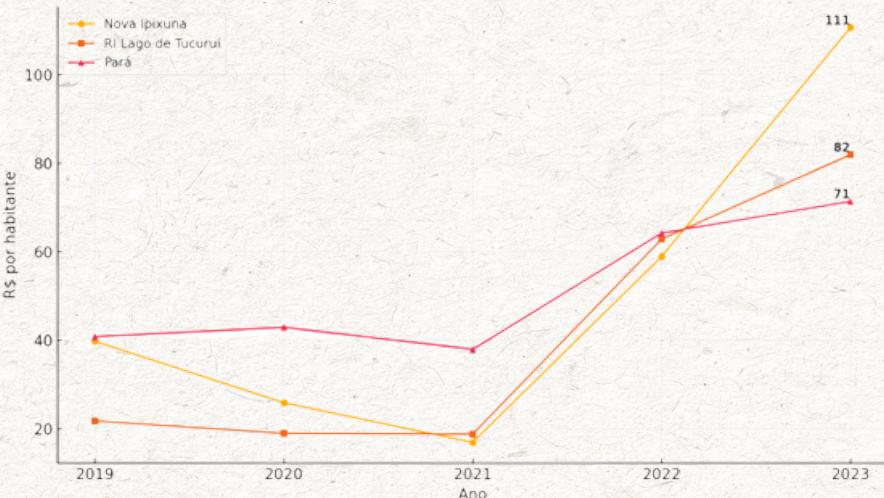
gramas de fomento (Gráfico 21).

Na RI Lago de Tucuruí, a evolução foi mais linear. O valor partiu de R\$ 21,5 em 2019, caiu ligeiramente até 2021, e depois cresceu de forma mais moderada até atingir R\$ 82,4 em 2023. Esse comportamento demonstra maior estabilidade e continuidade nas políticas públicas da região, com possível fortalecimento de iniciativas intermunicipais voltadas à valorização cultural e à proteção ambiental, temas que vêm ganhando visibilidade no debate público (Gráfico 21).

O estado do Pará mostrou menor variação ao longo do período, partindo de R\$ 40,7 em 2019 para R\$ 71,3 em 2023. O crescimento, embora menos acentuado, indica um compromisso constante com a manutenção dessas áreas no orçamento público estadual. O padrão estadual pode ser reflexo de políticas mais estruturadas, como editais de incentivo à cultura, ações de educação ambiental e investimentos em unidades de conservação, que mantêm a despesa em patamares elevados e estáveis (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 111/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

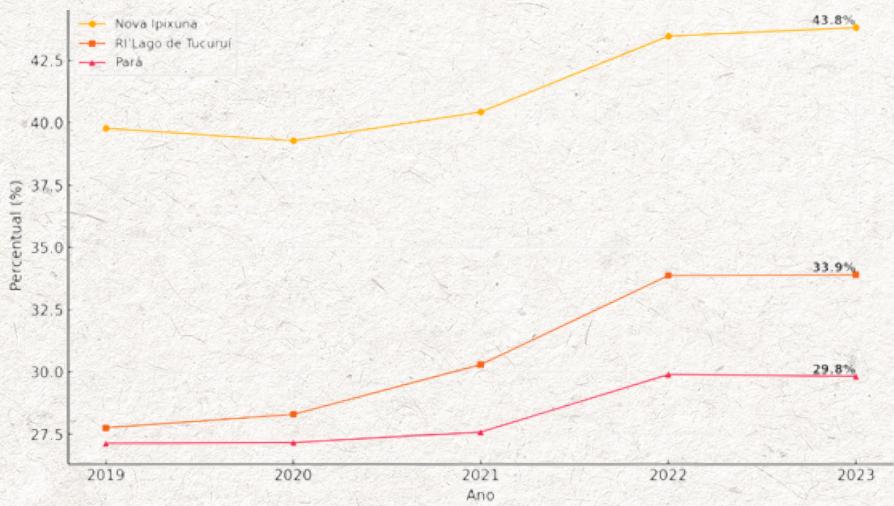
O percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Nova Ipixuna manteve-se elevado ao longo de todo o período, partindo de 39,9% em 2019 e atingindo 43,8% em 2023. Houve um pequeno recuo entre 2019 e 2020, seguido por um crescimento contínuo nos anos seguintes. Esse padrão indica uma deficiência persistente na cobertura de serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, afetando principalmente a população vulnerável, o que expõe essas comunidades a riscos ambientais e sanitários relevantes (Gráfico 22).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador também apresentou crescimento, passando de 27,8% em 2019 para 33,9% em 2023. A alta é significativa, embora o patamar regional se mantenha inferior ao do município de Nova Ipixuna. O comportamento da curva sugere que o problema da destinação inadequada de resíduos é regionalizado, com progressiva piora ao longo dos anos, o que pode estar relacionado ao crescimento desordenado de áreas periféricas e à insuficiência de políticas públicas específicas para resíduos domiciliares nas camadas

de baixa renda (Gráfico 22).

Já no estado do Pará, o indicador cresceu de forma mais moderada, passando de 27% em 2019 para 29,8% em 2023. Apesar de manter-se abaixo das médias municipal e regional, a elevação aponta para uma carência estrutural nos serviços de coleta em áreas mais carentes do estado. Esse dado revela que, mesmo em âmbito estadual, há desafios consideráveis na universalização do serviço de coleta de lixo, sendo necessária uma abordagem integrada e territorializada para combater esse tipo de exclusão (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

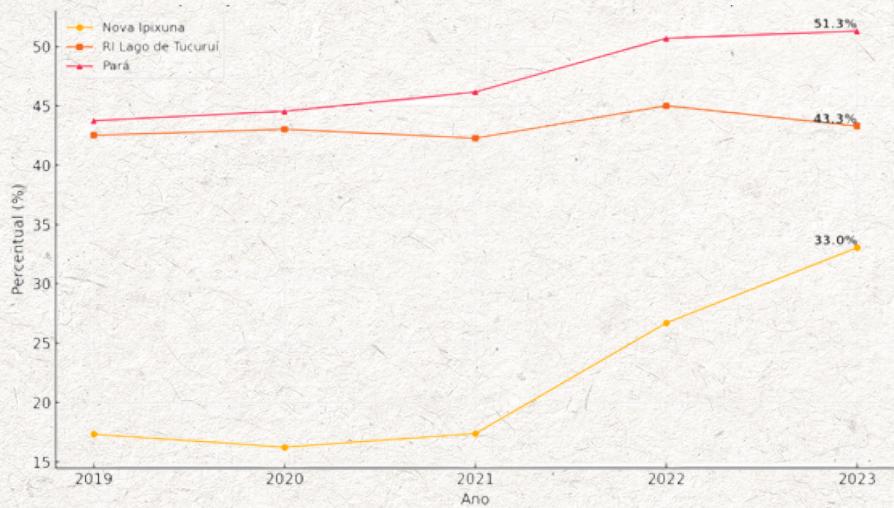
Em Nova Ipixuna, o percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar apresentou crescimento expressivo. Partindo de 17,4% em 2019, chegou a 33% em 2023, praticamente dobrando em cinco anos. Essa tendência reflete a ampliação do uso de soluções precárias de esgotamento sanitário, o que indica a ausência de acesso a redes adequadas de coleta e tratamento de esgoto por parte da população mais vulnerável do município. Tal situação traz sérios riscos à saúde pública e à qualidade ambiental local (Gráfico 23).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador manteve-se relativamente estável, oscilando entre 42,5% e 45% no período. O comportamento da curva revela um problema crônico e consolidado, sem avanço significativo na substituição das fossas rudimentares por alternativas mais seguras e eficientes. A manutenção de altos percentuais indica a necessidade de intervenções estruturais mais robustas em saneamento básico nos municípios que compõem a região (Gráfico 23).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento no

indicador, passando de 43,6% em 2019 para 51,3% em 2023. Essa elevação, que levou o estado a superar os níveis regionais e municipais, evidencia um agravamento nas condições de saneamento da população de baixa renda no estado como um todo. A persistência e expansão do uso de fossas rudimentares apontam para a urgência de investimentos estruturais e políticas públicas voltadas à universalização do acesso ao esgotamento sanitário, especialmente nas áreas periféricas e rurais (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

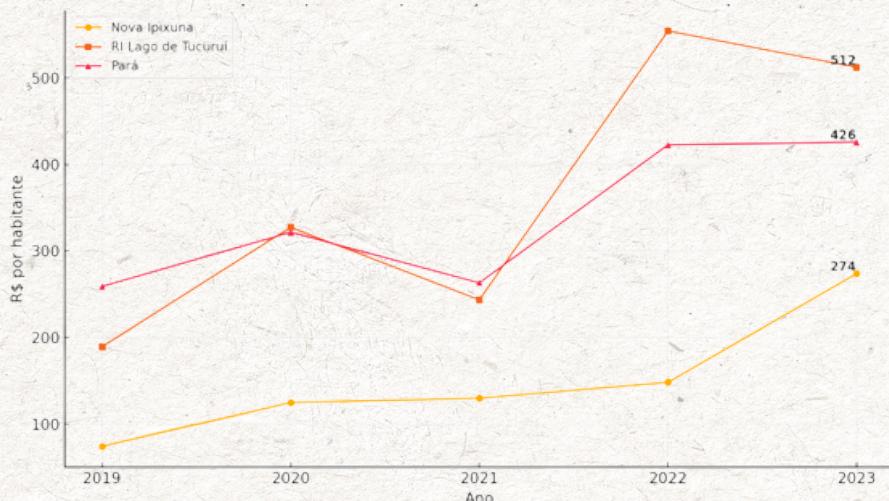
Em Nova Ipixuna, os gastos per capita com prevenção de desastres aumentaram de forma contínua e expressiva ao longo do período analisado. Partindo de R\$ 75 por habitante em 2019, o município elevou esse valor para R\$ 274 em 2023, com destaque para o salto mais acentuado entre 2022 e 2023. Esse crescimento pode refletir uma ampliação da atenção local para políticas de enfrentamento a eventos climáticos extremos, enchentes, queimadas ou deslizamentos, o que denota um esforço crescente em antecipar riscos e proteger comunidades vulneráveis (Gráfico 24).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a evolução foi mais marcada por oscilações. Em 2019, o valor era de R\$ 190, subindo para R\$ 326 em 2020, mas sofrendo uma queda em 2021 (R\$ 245), antes de saltar para um pico de R\$ 555 em 2022 e recuar levemente para R\$ 512 em 2023. Esse padrão de variação pode indicar reações pontuais a eventos específicos ocorridos em determinados anos, como enchentes ou secas, com investimentos reforçados de forma reativa, em vez de uma estratégia constante e estruturada de prevenção (Gráfico 24).



O estado do Pará, por sua vez, apresentou uma evolução mais estável e crescente ao longo do tempo. Em 2019, o gasto per capita era de R\$ 260, passando por oscilações leves até atingir R\$ 426 em 2023. O aumento gradual sugere uma institucionalização progressiva de políticas públicas voltadas à gestão de riscos e prevenção de desastres, incorporando esses temas de forma contínua na agenda orçamentária estadual, ainda que os investimentos estejam em patamar inferior aos registrados na RI em 2022 (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 274/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

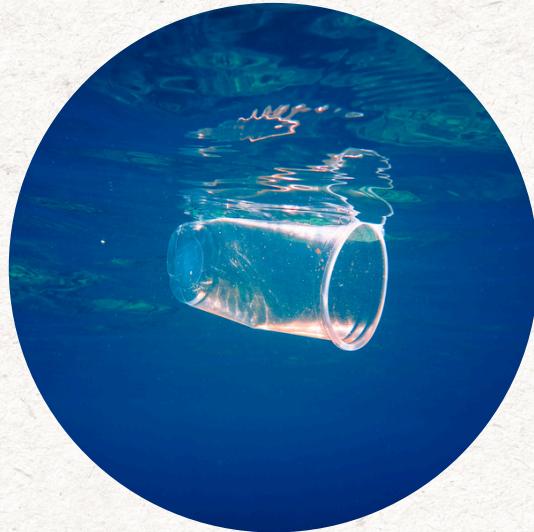
O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Nova Ipixuna, a despesa per capita com preservação aquática começou alta em 2019 (R\$ 443), atingindo o pico em 2020 com R\$ 504. Após uma queda nos anos seguintes, o valor voltou a crescer e alcançou R\$ 424 em 2023. Essa variação revela que, apesar das oscilações, o município manteve um investimento considerável ao longo do período, sinalizando comprometimento com a proteção de seus recursos hídricos, fundamentais para o abastecimento, agricultura e manutenção de ecossistemas locais (Gráfico 25).

Na RI Lago de Tucuruí, os valores também cresceram entre 2019 (R\$ 284) e 2021 (R\$ 344), mantendo estabilidade até uma queda em 2022 (R\$ 271),



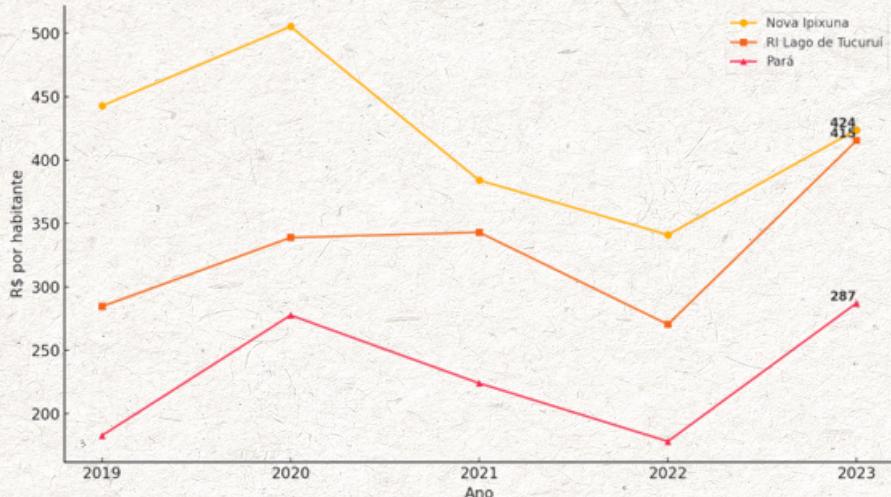
seguida de um novo avanço até R\$ 415 em 2023. Assim como no município, os dados apontam uma retomada de investimentos mais robustos, possivelmente impulsionada por pressões ambientais ou pela necessidade de recuperar a qualidade dos corpos hídricos regionais frente à expansão urbana, mineração ou uso irregular dos recursos (Gráfico 25).

No estado do Pará, o comportamento foi mais modesto. Os gastos aumentaram de R\$ 184 em 2019 para R\$ 278 em 2020,

caindo nos dois anos seguintes e voltando a subir em 2023, quando atingiram R\$ 287. O padrão oscilante e de menor intensidade sugere que, embora o tema esteja presente na política ambiental estadual, ele ainda não ocupa posição de prioridade orçamentária. Dado o papel estratégico dos rios na economia, cultura e ecologia do Pará, esse dado aponta para uma oportunidade de fortalecer e regionalizar ações voltadas à preservação aquática (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 424/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Nova Ipixuna, o percentual da área de floresta em relação ao território total apresentou pequena variação ao longo do período, mantendo-se abaixo de 12% durante os cinco anos analisados. O indicador caiu de 11,7% em 2019 para 10,6% em 2023, revelando uma cobertura florestal bastante limitada e com tendência de ligeira redução. Esse cenário evidencia um território amplamente antropizado, com forte presença de atividades agropecuárias ou uso urbano e pouca área remanescente de vegetação nativa (Gráfico 26).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observa-se um comportamento mais acentuado de queda entre 2019 e 2022, quando o percentual da área florestada passou de 33,8% para 26,8%, com leve

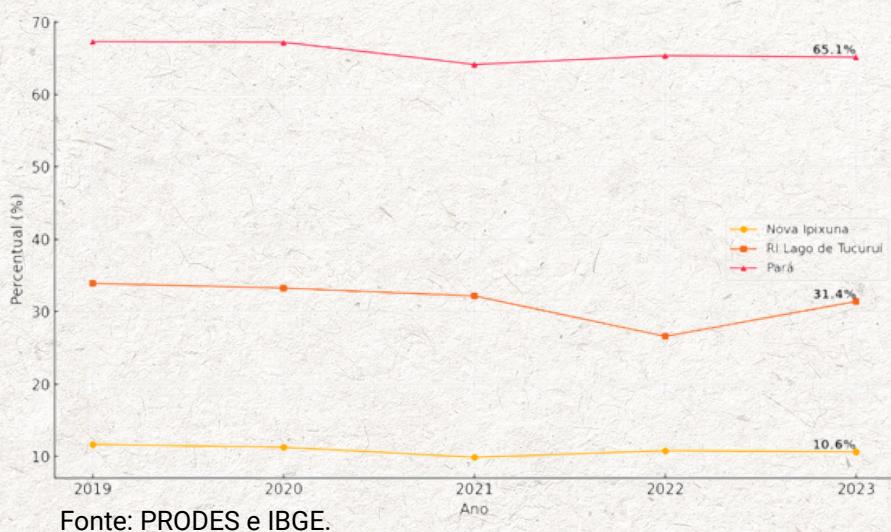
recuperação em 2023, alcançando 31,4%. Essa oscilação pode refletir tanto o avanço do desmatamento quanto ações de restauração florestal ou revisão de limites territoriais. Ainda assim, o recuo em grande parte do período evidencia pressões crescentes sobre os ecossistemas da região, demandando medidas estrutu-

rais de proteção e recuperação da cobertura vegetal (Gráfico 26).

O estado do Pará, por sua vez, manteve-se com a maior proporção de área florestal entre os três níveis analisados, com valores próximos a 67% entre 2019 e 2023. Apesar da leve queda observada entre 2020 e 2021, o indicador voltou a crescer em 2022 e se manteve estável em 2023, fechando o período em 65,1%. Esse dado revela que, embora o Pará enfrente desafios intensos de desmatamento, ainda conserva uma parcela significativa de seu território com cobertura florestal, especialmente na porção norte e em áreas protegidas, o que ressalta sua importância estratégica na conservação ambiental nacional (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O percentual de área desmatada em relação à área total em Nova Ipixuna é elevado e estável ao longo do período, oscilando levemente de 75,3% em 2019 para 75,8% em 2023. Esse patamar indica que mais de três quartos do território municipal já sofreu supressão de vegetação nativa, o que limita a capacidade ecológica da região e acende alertas sobre os riscos à biodiversidade, aos serviços ambientais e à resiliência climática local. A estabilidade sugere que o município já atingiu muito uso do solo, com pouca margem para novas perdas florestais (Gráfico 27).

Na RI Lago de Tucuruí, o indicador apresentou crescimento de 59% em 2019 para 63,3% em 2022, com ligeira redução

em 2023, finalizando em 61,3%.

Apesar da queda recente, o aumento acumulado é significativo, evidenciando expansão das áreas desmatadas ao longo da série. Essa tendência pode estar vinculada ao avanço de atividades agropecuárias, extração mineral ou infraestrutura, que ampliam a pressão sobre os remanescentes florestais e comprometem a integridade ambiental da região (Gráfico 27).

O estado do Pará manteve um perfil bem mais conservado, com o percentual de área desmatada variando entre 21,5% e 23,2% ao longo dos cinco anos. Embora haja uma leve tendência de crescimento, o patamar ainda se mostra consideravelmente inferior ao

dos recortes municipal e regional analisados.

Isso se deve, em parte, à grande extensão territorial do estado e à presença de unidades de conservação e terras indígenas. No entanto, a contínua expansão da fronteira agrícola e o desmatamento ilegal seguem como ameaças, exigindo vigilância e ações firmes de controle ambiental (Gráfico 27).

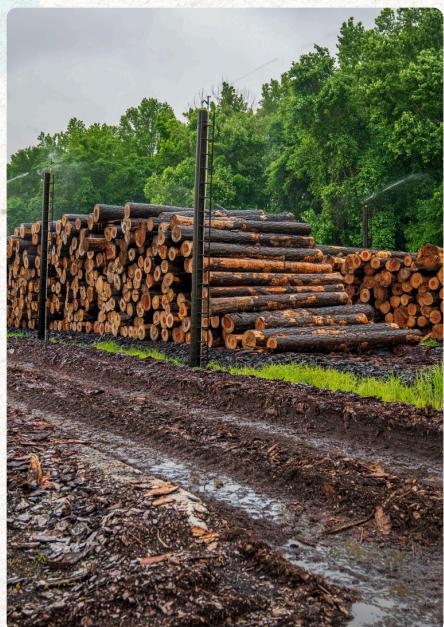
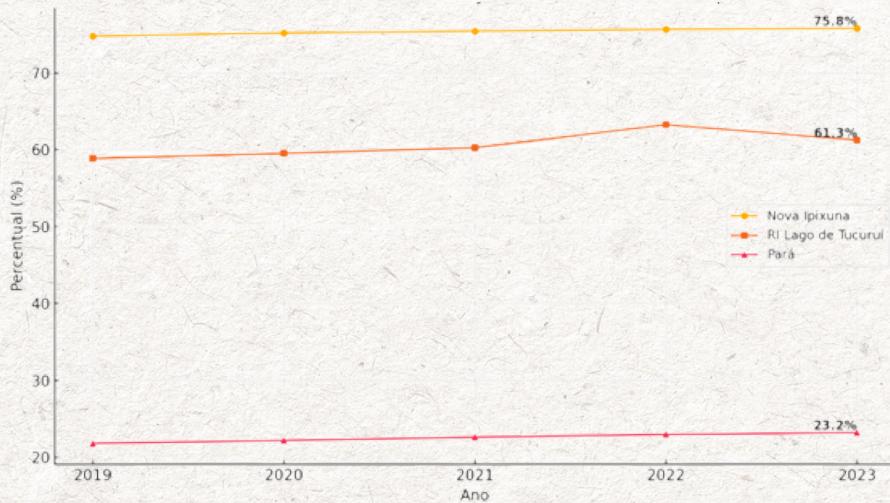


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 75,8 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



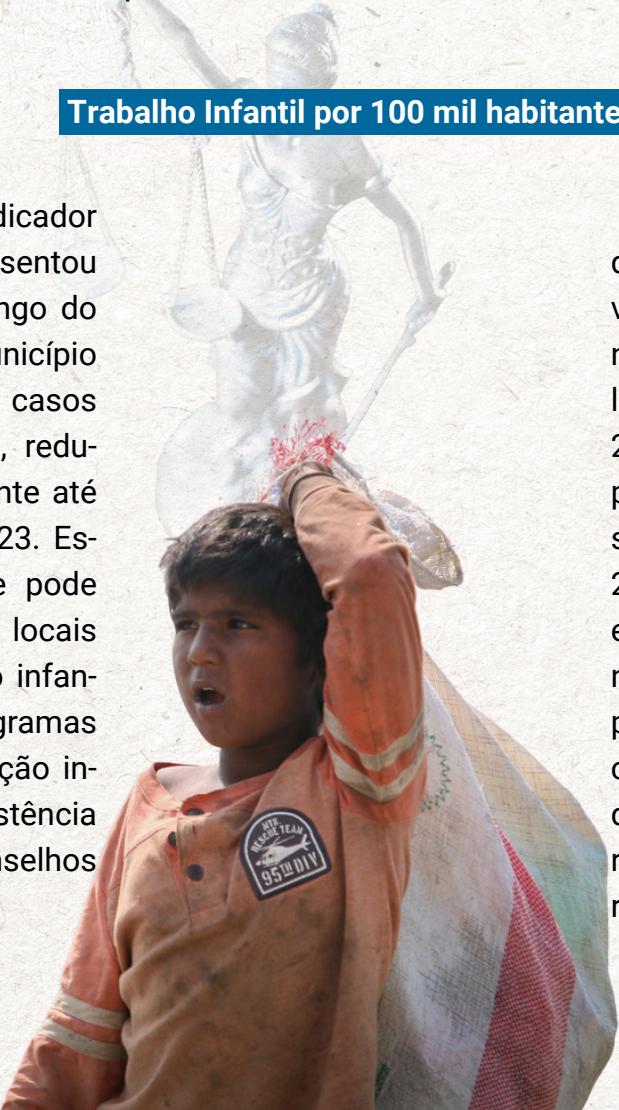
ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes



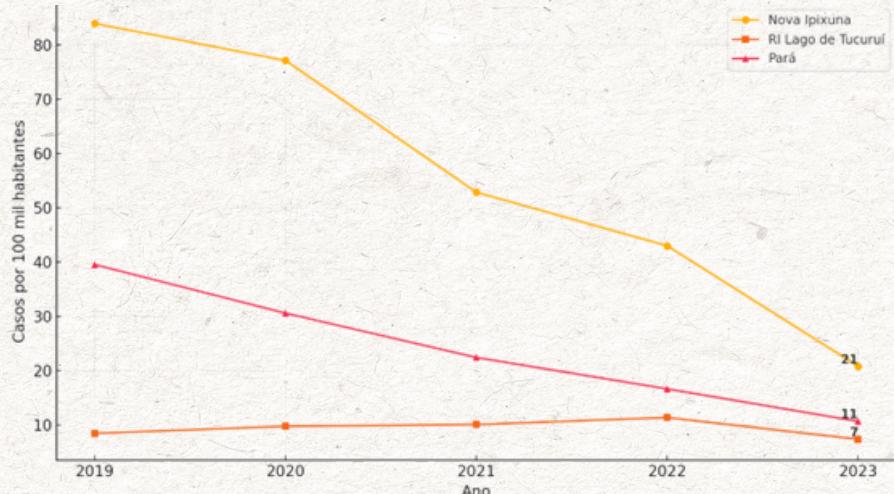
Em Nova Ipixuna, o indicador de trabalho infantil apresentou queda expressiva ao longo do período. Em 2019, o município registrava cerca de 84 casos por 100 mil habitantes, reduzindo-se progressivamente até atingir 21 casos em 2023. Essa redução consistente pode ser reflexo de políticas locais de combate ao trabalho infantil, ampliação de programas sociais e maior articulação intersetorial entre assistência social, educação e conselhos tutelares (Gráfico 28).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador manteve-se relativamente estável nos três primeiros anos, com leve crescimento entre 2019 e 2022 (de 8 para 12 casos), e posteriormente caiu para 7 casos por 100 mil habitantes em 2023. A oscilação sugere que, embora o problema esteja menos acentuado que no município, ainda exige atenção, principalmente no monitoramento de situações vulneráveis em áreas rurais e comunidades periféricas da região (Gráfico 28).



Já no estado do Pará, o número de casos caiu continuamente, de 39 em 2019 para 11 por 100 mil habitantes em 2023. Essa tendência descendente evidencia um esforço estadual mais estruturado no enfrentamento ao trabalho infantil, provavelmente articulado a campanhas educativas, ampliação da rede de proteção social e melhorias nos cadastros e monitoramentos oficiais. Ainda assim, os dados reforçam a importância de continuar fortalecendo as políticas preventivas e de fiscalização (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Nova Ipixuna apresentou forte oscilação no período analisado. Em 2019, o índice era de 48 homicídios por 100 mil habitantes, mas caiu drasticamente para zero em 2020 – um ponto possivelmente relacionado à subnotificação ou a uma circunstância atípica. A partir de 2021, a taxa voltou a subir, atingindo 50 homicídios por 100 mil habitantes em 2022 e mantendo esse patamar em 2023. Essa elevação recente levanta preocupações sobre a segurança pública local e a efetividade das estratégias de prevenção da violência (Gráfi-

co 29).

Na RI Lago de Tucuruí, o indicador partiu de um patamar elevado (44 em 2019), recuou para 29 em 2020, e teve uma tendência de recuperação nos anos seguintes, chegando a 50 em 2022 e caindo levemente para 43 em 2023. A trajetória demonstra que a violência letal permanece um problema importante na região, exigindo políticas de segurança articuladas com ações sociais voltadas à juventude, controle de armas e fortalecimento das instituições de justiça criminal (Gráfico 29).

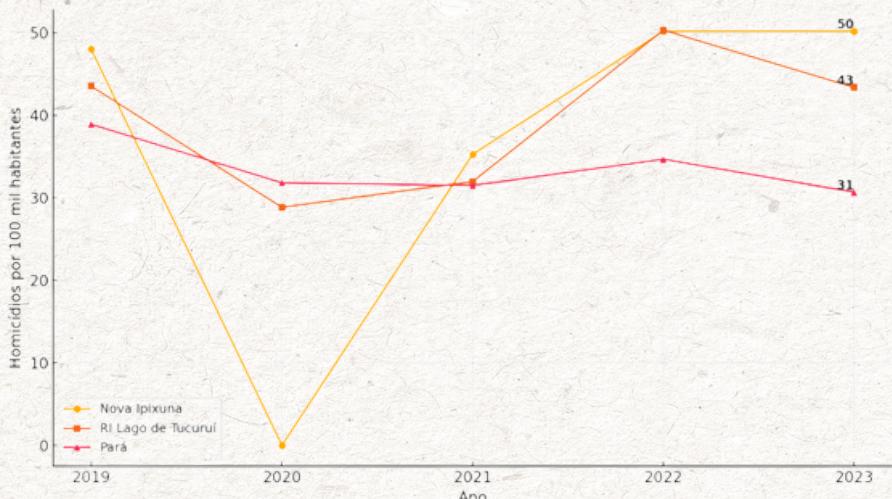
No estado do Pará, a taxa de

homicídios apresentou leve tendência de queda ao longo dos anos. De 39 por 100 mil habitantes em 2019, passou para 31 em 2023, com pequenas oscilações intermediárias. Apesar de ainda elevada, essa redução contínua pode indicar algum grau de sucesso nas políticas de segurança pública estaduais, como a ampliação do policiamento, investimentos em inteligência policial ou ações integradas de prevenção à violência. No entanto, os valores ainda colocam o estado em alerta, especialmente em regiões mais críticas (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O gráfico do indicador “Gasto Público Municipal como Percentual do PIB” entre 2018 e 2022 revela que Nova Ipixuna manteve um nível elevado de gasto público em relação ao seu Produto Interno Bruto. O município iniciou o período com 37,9% em 2018, passou por uma queda até 2020, quando atingiu 31,1%, e posteriormente recuperou-se, encerrando 2022 com 36,6%. Essa trajetória sugere forte dependência da economia local em relação ao setor público, seja por meio de transferências governamentais ou pela baixa diversificação da atividade produtiva local. O nível elevado do gasto em relação ao PIB também pode indicar baixa arrecadação privada ou uma estrutura econômica baseada em serviços públicos (Gráfico 30).

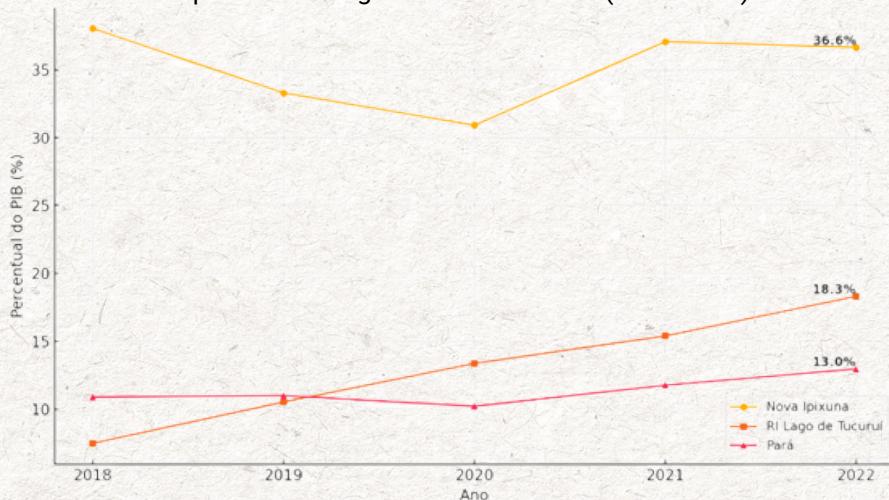
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,6 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador apresentou tendência de crescimento contínuo no período. Em 2018, os gastos representavam 7,4% do PIB regional, subindo de forma constante até atingir 18,3% em 2022. Esse avanço aponta para o aumento da presença do setor público na dinâmica econômica regional, possivelmente associado à ampliação de políticas sociais, investimentos em infraestrutura ou aumento das receitas transferidas. Ainda que o patamar final seja inferior ao de Nova Ipixuna, o crescimento proporcional foi mais intenso, o que pode indicar uma reconfiguração do papel do poder público na economia regional (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, o indicador mostrou estabilidade re-

lativa nos primeiros três anos, oscilando em torno de 10,9% do PIB, com uma leve alta a partir de 2021, encerrando 2022 em 13%. Esse comportamento mais contido reflete o maior peso da atividade privada na economia estadual, sobretudo em setores como mineração, agropecuária e indústria. O crescimento recente pode estar relacionado ao aumento dos investimentos públicos em resposta à pandemia ou a programas de recuperação econômica. Ainda assim, o valor estadual permanece significativamente inferior aos registrados em Nova Ipixuna e na RI, refletindo diferentes estruturas de financiamento e perfil produtivo entre os territórios (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

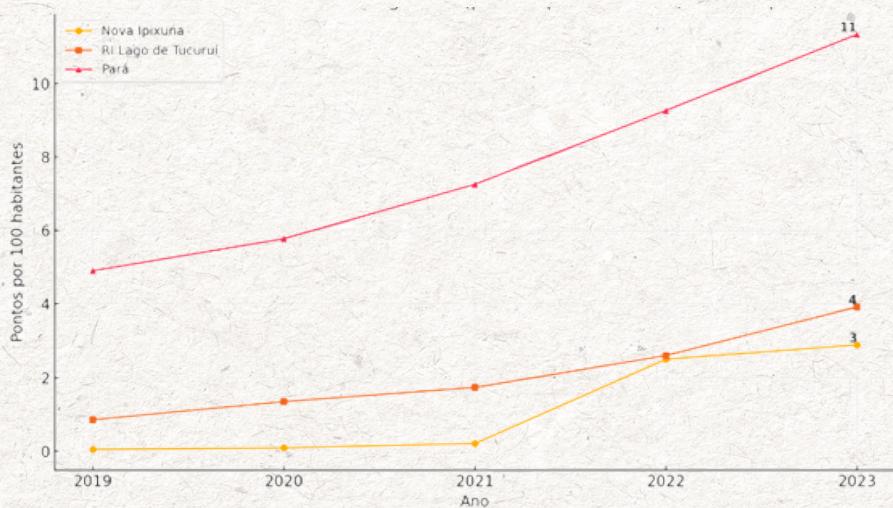
O indicador “Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 habitantes)” apresentou crescimento significativo entre 2019 e 2023 nos três níveis analisados, com destaque para o avanço estadual. Em Nova Ipixuna, a taxa era praticamente inexistente em 2019 e 2020, com apenas 0,1 ponto por 100 habitantes, mas passou a crescer a partir de 2021, atingindo 3 pontos em 2023. Esse crescimento, embora ainda tímido, indica uma mudança positiva na infraestrutura de conectividade local, possivelmente estimulada por políticas públicas de inclusão digital e expansão de redes em áreas remotas (Gráfico 31).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento também foi ascendente, iniciando com 0,9 ponto em 2019 e chegando a 4 pontos por 100 habitantes em 2023. A evolução progressiva demonstra que a região vem superando barreiras de acesso à conectividade fixa, ainda que os níveis continuem bastante inferiores à média estadual. Esse avanço pode refletir tanto a chegada de novos provedores quanto o aumento da demanda por internet residencial, especialmente durante e após a pandemia, que exigiu maior conectividade para fins educacionais e profissionais (Gráfico 31).

Já no estado do Pará, o cres-

cimento foi mais robusto e constante. Em 2019, a taxa era de 4,9 pontos, chegando a 11 pontos por 100 habitantes em 2023. O ritmo de expansão sugere a consolidação de redes de banda larga em centros urbanos e, possivelmente, a ampliação do alcance em zonas periurbanas e rurais. Ainda assim, o valor alcançado indica que a conectividade fixa no estado permanece em patamar abaixo da média nacional, reforçando a necessidade de investimentos estruturais e incentivos à universalização do acesso à internet de qualidade no território paraense (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

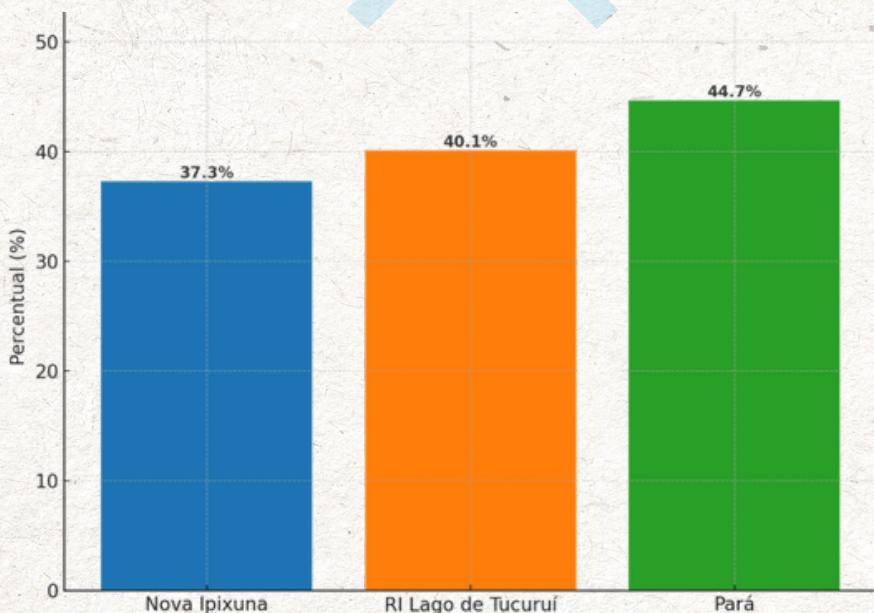
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Nova Ipixuna** registrou um IDS de **37,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Nova Ipixuna x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



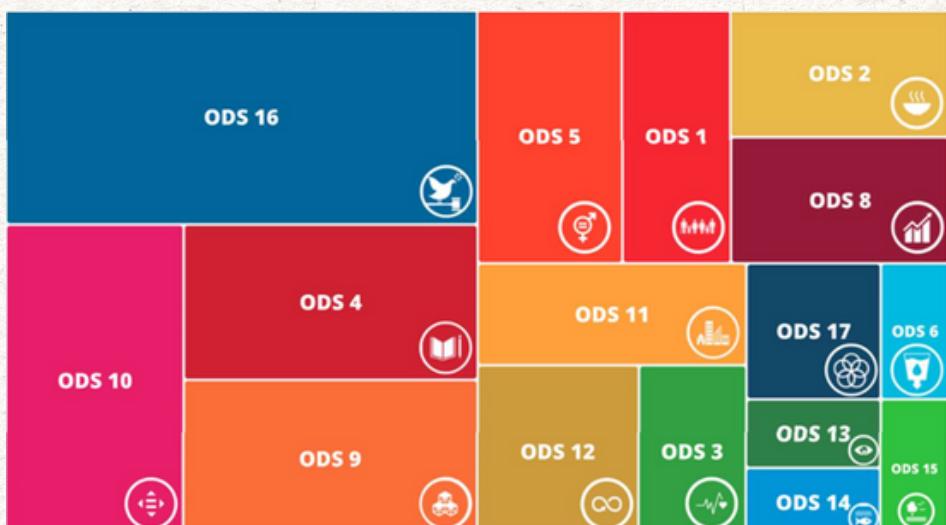
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20^a posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

